

Por Assis Moreira

É correspondente do Valor em Genebra desde 2005. Cobriu 28 vezes o Fórum Mundial de Economia e numerosas conferências ministeriais em dezenas de países.

Subsídios agrícolas batem recorde, puxados por China e Índia

Na outra direção, o Brasil, bastante competitivo, tem níveis reduzidos de apoio aos produtores

Por Assis Moreira, Valor — Genebra

02/11/2026 06h00 · Atualizado há 2 horas

Presentear matéria Seguir no



Subsídios agrícolas batem recorde, puxados por China e Índia — Foto: ATENÇÃO: DEFINIR CRÉDITO!

O apoio total dos governos ao setor agrícola superou US$ 950 bilhões em 2025, globalmente, um recorde em um contexto de intensificação dos riscos internacionais. Houve aumento de mais de US$ 121 bilhões, ou 15%, nos últimos dois anos, com destaque para China e Índia, ao contrário do que ocorria no passado, quando os subsídios eram dominados por europeus e americanos.

Os dados constam de relatório publicado hoje pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que examina as políticas agrícolas de 56 países.

Os mercados agrícolas mundiais continuam a depender fortemente do comércio internacional. No médio prazo, a estimativa é de que cerca de

00:00 00:00

No entanto, o relatório confirma que, em 2025-2026, as trocas comerciais ocorreram em um ambiente político incerto e fragmentado, caracterizado por mudanças nas tarifas aduaneiras, restrições às exportações e outras limitações. Cada vez mais países procuram proteger seus setores agrícolas, elevando barreiras que continuarão a afetar grandes produtores como o Brasil.

As grandes economias emergentes exercem influência crescente sobre as tendências dos subsídios agrícolas, já que representam parcelas cada vez maiores da produção (67%) e dos auxílios públicos (58%) destinados ao setor.

A China, sozinha, acumulou cerca de US$ 204 bilhões especificamente em transferências anuais aos produtores, decorrentes de políticas baseadas em preços, entre 2023 e 2025. Acompanhando o aumento da participação chinesa na produção agrícola, a fatia de Pequim nas transferências aos produtores alcançou quase 42% no período, a maior proporção entre todas as economias analisadas. Em 2000-2002, os subsídios chineses representavam apenas 7% do total.

A Índia também responde por uma parcela significativa das transferências de recursos ao setor agrícola em escala global. No caso indiano, preços internos inferiores aos internacionais representaram uma transferência implícita dos produtores para os consumidores da orem de US$ 119 bilhões. Ao mesmo tempo, a ajuda do governo aos produtores alcançou US$ 72 bilhões anuais.

Em comparação, a União Europeia, que concentrava 30% dos subsídios em 2000-2002, viu sua participação cair para cerca de 14%. Já as parcelas dos Estados Unidos e do Japão nas transferências aos produtores, que eram de 17% cada, recuaram para 6% e 4%, respectivamente.

Na China, com a expansão dos subsídios, esses representam agora 13,5% em media da receita agrícola bruta . O percentual equivale à média da OCDE, mas é quase três vezes superior ao registrado no início dos anos 2000.

Nos Estados Unidos, o apoio aos agricultores representou, em média, 8% da receita agrícola bruta, percentual bastante inferior aos cerca de 20% registrados em meados da década de 1980 e no início dos anos 2000.

00:00 00:00

internacionais em 2022-2024, em comparação com 22% duas décadas antes.

No Brasil, um dos mais competitivos do mundo no setor agrícola, os níveis de apoio e proteção à agricultura permanecem relativamente baixos. A Estimativa de Apoio ao Produtor (ESP) caiu de 7,6% da receita agrícola bruta, no período 2000-2002, para 2,6% em 2023-2025, ficando bem abaixo da média de 12,8% dos 56 países abrangidos pelo relatório.

Globalmente, os consumidores são significativamente prejudicados pelas políticas agrícolas, sobretudo por seus efeitos sobre os preços dos alimentos. Na maioria dos países, as medidas de apoio à agricultura elevam os preços internos — de determinados produtos ou de um conjunto mais amplo de produtos — acima dos níveis internacionais, reduzindo o poder de compra dos consumidores. Em contrapartida, o apoio direto do governo aos consumidores permanece limitado.

Pelos cálculos do relatório, os consumidores arcaram com um imposto implícito de aproximadamente US$ 204 bilhões por ano entre 2023 e 2025, equivalente a 4,4% de seus gastos, medidos com base nos preços dos produtos agrícolas primários.

Essa situação decorre da predominância de medidas baseadas em preços, que provocam transferências de renda dos consumidores para os produtores. Alguns países adotam políticas que reduzem os preços internos em benefício dos consumidores, mas esse cenário é menos frequente. No conjunto, os consumidores continuam sendo contribuintes líquidos para o apoio à agricultura.

O quadro varia conforme o grupo de países. Nas economias desenvolvidas, as transferências são relativamente estáveis e parcialmente compensadas pelo apoio orçamentário. Já nas economias emergentes, tendem a ser mais significativas e voláteis. De maneira geral, o apoio direto aos consumidores compensa apenas marginalmente os efeitos da elevação dos preços.

O relatório recomenda que os subsídios agrícolas sejam melhor direcionados e sujeitos a condições cuidadosamente planejadas, para favorecer resultados ambientais positivos.

No caso do Brasil, a OCDE observa que o acesso ao crédito subsidiado está cada vez mais condicionado ao cumprimento de exigências ambientais. Considera, porém, que ainda há espaço para vincular mais estreitamente os programas de financiamento à adoção de práticas agrícolas sustentáveis.